

## A escrita em tempos sombrios

Dr. Cláudio de Sá CAPUANO (CMRJ – FERLAGOS)  
cscapuano@hotmail.com

**RESUMO:** *Na peça teatral Que farei com este livro?, José Saramago apresenta a possibilidade de se discutir o processo de escrita de Os Lusíadas. Vemos na peça um Camões recém chegado do Oriente, ainda desconhecido em Portugal, que tenta adaptar seu texto às exigências do Santo Ofício, para conseguir autorização para imprimir a obra. Em tempos de censura, no entanto, é preciso manejar a linguagem de forma a se dizer o necessário, sem ter a obra mutilada pelo censor. Partindo disso, a presente comunicação trata de aspectos teóricos relacionados ao pensamento humanista português na segunda metade do século XVI, a partir de uma ação teatral envolvendo, entre outros, os personagens Camões, Diogo do Couto e Damião de Góis.*

**Palavras-chave:** José Saramago, teatro, Literatura Portuguesa, História

### Introdução

A peça **Que farei com este livro?**, do escritor português José Saramago, foi escrita em 1980 para as comemorações pela passagem do quarto centenário da morte do poeta Luís de Camões. A ação se dá em Lisboa, entre o final da década de 1560, quando Camões regressa a Portugal, vindo do Oriente, e 1572, data da publicação de **Os Lusíadas**.

O fato de Camões ter escrito **Os Lusíadas** quando estava no Oriente, mas ter acrescentado ao poema uma série de estâncias durante o período em que já havia retornado a Portugal é assunto que há muito desperta o interesse dos estudos camonianos. António José Saraiva, por exemplo, afirma isso no primeiro capítulo do livro **Luís de Camões**:

Segundo o testemunho do primeiro biógrafo, foi em Lisboa que ele acabou **Os Lusíadas**. A obra já estava em grande parte escrita quando naufragara na foz do Me-com e D. Sebastião /.../ ainda não ocupara o trono. Mas nos três últimos cantos já D. Sebastião aparece como rei em funções /.../ o que quer dizer que foram escritos em 1568. (SARAIVA, 1997, p. 19).

Em **Que farei com este livro?**, esse fato surge mais de uma vez, ora com discrição, ora como centro do assunto tratado. Camões-personagem contracenava com importantes nomes da época, entre eles Diogo do Couto e Damião de Góis. A peça, na realidade, apresenta o transitar dos personagens pela Lisboa abalada pela peste, em pleno reinado de D. Sebastião. A Inquisição, instaurada em Portugal décadas antes, faz-se forte o suficiente para controlar praticamente tudo: é jesuíta o confessor do rei, é seu irmão o primeiro-ministro.

Entre outros aspectos, procura-se representar na peça um Camões humanizado, trabalhando o seu texto de forma a adaptá-lo a exigências provavelmente feitas pela Inquisição.

### 1 O livro: a personagem muda

Não há documentação histórica que comprove ter havido modificações no texto de **Os Lusíadas** depois da chegada de Camões a Lisboa. Entretanto, em várias passagens do poema há indícios de que o poema tenha sofrido acréscimos e adaptações para ser liberado para publicação.

Na peça de José Saramago, isso é fato: o poeta se vê obrigado a retrabalhar o texto, contra a sua própria vontade.

O próprio Camões na peça declara a Diogo do Couto que está escrevendo partes do poema:

DIOGO DO COUTO:  
Tens escrito?

LUÍS DE CAMÕES:  
Corrijo, faço obra de remendão.

DIOGO DO COUTO:  
E novos versos?

LUÍS DE CAMÕES:  
Nada que mereça sair da manada dos enjeitados. Olho para dentro de mim e vejo-me seco e vazio. Durante a viagem, pensei que se me abrissem as fontes quando arribasse a Lisboa. Ver a cidade fechada, atribulada de doença e em tão grande mortandade... Que pode um poeta compor? (QFL, 1998, p. 41).

Fica clara a contrariedade do Poeta com aquilo que se vê obrigado a fazer: obra de remendão. Claro também está o jogo irônico de José Saramago, que utiliza um termo que se desdobra em outros dois: o remendão é a emenda mal feita e é também aquele que emenda, por não saber (ou não poder) fazer melhor. O poeta está imobilizado, a *remendar* o poema para conseguir a publicação.

Entretanto, o que aparece na peça é que Camões usa da habilidade de poeta para, ao mesmo tempo, modificar e manter o que disse. A dificuldade tem de suscitar a criatividade, num trabalho de co-autoria do poeta para com ele mesmo. Como um alfaiate, ele cose ao poema os remendos necessários à sua publicação. O fato é que se trata de bom costureiro. Suas emendas provocam ainda hoje reflexões diversas (sobre o poema, sobre o poeta, sobre a história de sua publicação, sobre seu tempo, sobre o nosso tempo), o que nos autoriza a afirmar que, ironicamente neste caso, acabou por ficar melhor a emenda...

No final do quarto quadro do primeiro ato, ambientado em maio de 1570, Camões aparece na peça escrevendo a dedicatória ao rei, trecho cuja escrita alguns estudiosos afirmam ter sido realizada em Lisboa. São as famosas oitavas que na peça o poeta tentaria de joelhos ler a D. Sebastião.

LUÍS DE CAMÕES:  
(*Lendo e acentuando progressivamente a ênfase.*) Dai-me uma fúria grande e sonora,/ E não de agreste avena ou frauta ruda,/ Mas de tuba canora e belicosa,/ Que o peito acende e a cor ao gesto muda;/ Dai-me igual canto aos feitos da famosa/ Gente vossa, que a Marte tanto ajuda;/ Que se espalhe e se cante no Universo,/ Se tão sublime prego cabe em verso. (*Falando como se pensasse.*) Aqui é que deverá entrar a dedicatória... A dedicatória a el-rei... (*Lendo outra vez.*) E vós, Tágides minhas... (*Fala.*) Diogo do Couto vê em tudo sombras, é o seu feitio... Grandes coisas são estas que sonha el-rei... (*Torna a ler.*) E vós, Tágides minhas... (*Fala.*) Um verso, para começar, que emparelhasse com este, um vocativo... (*Começa a ouvir-se a sineta da galera dos mortos de peste.*) E vós, ó bem nascida segurança... Sim, isto será... (*Senta-se à mesa, puxa pena, papel e tinta e começa a escrever.* A sineta vai aumentando de intensidade.) E vós, ó bem nascida segurança/ Da Lusitana antiga liberdade,/ E não menos certíssima esperança... (p. 35).

É dessa maneira que José Saramago põe em pauta a idéia de que o poema foi aos poucos sendo modificado, para poder satisfazer as exigências de quem eventualmente tivesse de tomar alguma decisão a respeito da licença para a publicação. Nesta fala, porém, usa de recursos mais elaborados, que levam igualmente à leitura irônica dos fatos: as oitavas falam dos feitos de Portugal, mas a leitura dos versos é acompanhada pelos pensamentos do poeta e sublinhada pelo som da sineta da galera dos mortos da peste. Trata-se portanto de vários planos, que se superpõem, o que destaca ao espectador a ironia presente não só na discrepância entre o que está sendo escrito e o que está sendo vivido, mas também naquilo que provoca de reflexão sobre o momento da escrita da peça.

Como nos textos escritos em palimpsesto, a escrita de José Saramago parece querer *raspar* dos versos das primeiras estâncias do poema um outro texto, hipotético, mas que na peça tem grande impacto. Aí está Portugal, entre as supostas glórias que cada vez mais pertencem ao passado, a ainda credulidade do Poeta nos valores da época áurea da expansão e a peste que a tudo destrói. A peste pode ser, obviamente, lida como metáfora da degradação política e também sócio-econômica por que vive Portugal.

Quanto a isto, no elucidativo quadro em que conversam Camões, Diogo do Couto e Damião de Góis, o assunto é claramente abordado:

DAMIÃO DE GÓIS:

Sentai-vos, enfim, e guardai lá os vossos segredos. O livro que escrevestes, Luís Vaz, e com estas primeiras palavras já vou entrando nas coisas graves que tinha para vos dizer, sendo tão excelente obra como Diogo do Couto declara e eu confirmo, lembra-me uma barca onde muita gente quereria ser levada desde que nela não se transportasse mais ninguém. E como todos põem esta condição, está a barca parada no porto.

LUÍS DE CAMÕES:

Explicai-vos melhor.

DAMIÃO DE GÓIS:

Explico já. Quando chegastes da Índia, era o vosso livro como hoje é? Não precisais responder. Tive aqui em minha casa o manuscrito, li-o com grande cuidado e atenção, mas de tanto não precisaria para distinguir, nas diferenças de tinta, os acrescentamentos escritos estando vós já em Portugal e por causa do que cá viestes encontrar.

LUÍS DE CAMÕES:

Assim é. Lembrai-vos que de el-rei eu não sabia mais do que existir. Em Lisboa é que escrevi a dedicatória...

DAMIÃO DE GÓIS:

Que mais?

LUÍS DE CAMÕES:

O final do canto quinto, também do sétimo, algumas oitavas do canto nono, outras no canto décimo...

DIOGO DO COUTO:

E, se bem te conheço, ainda escreverás, se não foi escrito já, o bastante para amanhã se saber que os parentes de Vasco da Gama não cuidaram de honrar, como deviam, o fundador da casa da Vidigueira.

LUÍS DE CAMÕES:

Escrito está, não duvides (p. 53-54).

José Saramago continua a jogar com as palavras. A tinta, por exemplo, à qual se refere Góis pode ser vista tanto no sentido próprio, isto é, o material para se mergulhar a pena para escrever, mas não deixa de ser o tom empregado pelo poeta, que vai se modificando (o tom e o poeta) na proporção das decepções sofridas. O que isso de fato representa, sintetiza Damião de Góis em poucas palavras:

DAMIÃO DE GÓIS:

O que trouxestes da Índia, Luís Vaz, foi a história do antigo Portugal, mais a grande navegação. Tudo isso que acrescentastes são casos dos nossos dias de agora, deste tempo em que não sabemos para onde Portugal vai (p. 54).

Nós, espectadores, sabemos para onde foi Portugal. Isto nada mais é, portanto, que a tensão estabelecida entre dois extremos temporais representados por um lado pela viagem de Vasco da Gama e por outro pelo momento em que se dá a ação da peça. Além disso, deparamo-nos com um poeta às voltas com o próprio ato de escrever. Se por um lado há cerceamento, por outro há que se ser ainda mais talentoso para ludibriar a censura. Mais que nunca, o poeta deve ser um fingidor, capaz de pôr a máscara exata no lugar exato.

Outro trecho elucidativo das possíveis mudanças feitas pelo poeta por pressão da censura inquisitorial surge em uma importante conversa entre o poeta e o censor da obra. A autorização para que o poeta pudesse imprimir seu livro foi dada pelo frei dominicano Bartolomeu Ferreira. No parecer final, ele não deixa de se referir a uma ficção dos "Deuses dos Gentios", que, segundo suas palavras, serviu apenas para "ornar o estilo Poético", já que se tratava de "Poesia e fingimento". (FERREIRA, in CAMÕES, 1931, p. XXXVIII).

Na famosa estância 45 do canto X, Camões faz uma crítica à falta de sensibilidade dos portugueses. Ela bem se aplica ao Conde da Vidigueira, neto de Vasco da Gama, aparentado de Camões, que, na peça, nega apoio ao poeta e o escurraça de sua casa:

Nô mais, Musa, nô mais, que a lira tenho  
Destemperada e a voz enrouquecida,  
E não do canto, mas de ver que venho  
Cantar a gente bruta e endurecida.  
O favor com que mais se acende o engenho  
Não no dá a pátria, não, que está metida  
No gosto da cobiça e na rudeza  
D'ua austera, apagada e vil tristeza. (CAMÕES, 1978, p.145)<sup>1</sup>

Se assim tiver sido, fica ainda uma curiosa semelhança. Da mesma forma que se pode considerar Vasco da Gama um representante do povo português, representando ele, a parte, o todo, duas gerações mais tarde seria o Conde de Vidigueira igualmente um representante metonímico de seu povo. Agora, porém, seria ele a imagem da gente endurecida, de ouvidos surdos.

A partir dos exemplos acima, procurou-se mostrar que, na peça, o livro de Camões pode ser considerado uma personagem, que muda com o decorrer do tempo da ação. Muda tanto quanto o próprio poeta, entre o momento de sua chegada a Lisboa e a publicação. A modificação é comparável ao tom assumido pelo poeta no poema épico de camões, que vai do entusiasmo inicial à melancolia, à medida que o texto se aproxima do final.

O Livro aceita **calado** as modificações que nele se imprimem, como se já tivesse nascido predestinado às modificações. O que a história da recepção d' **Os Lusíadas** ao longo dos séculos

<sup>1</sup> LUS, X, 145

nos mostra é que de fato sua **escritura**, se encararmos o leitor como uma espécie de co-autor da obra, não acabou com Camões, mas se prolongou e se prolonga até hoje. Assim, o verbo **fazer** que se encontra na pergunta "Que fareis com este livro?" pode ser entendido como uma ação contínua e indefinida no tempo. A pergunta converte-se em: O que sempre fareis com este livro?

As exigências para a publicação foram os primeiros agentes modificadores do livro. Frei Bartolomeu Ferreira, censor do poema, teria sido assim o primeiro leitor a **co-agir** (n)as mudanças. Daí em diante, a leitura-escritura do poema vem se perpetuando. No ano de 1980, ainda na década do quarto centenário da publicação do Livro, Saramago constrói um texto atento às releituras d' **Os Lusíadas** e para a necessidade de relê-lo, ou melhor, de reler Portugal nele, para que se tente responder as questões: Que fareis (de agora em diante) com este livro? Que faremos, portugueses, com este país?

Pode-se encarar a última fala de Camões na peça como um derradeiro e brusco corte na ação. Como nos diz Jeanne Marie Gagnebin (1999, p. 105), a brusca interrupção ou a cesura provoca uma súbita semelhança entre dois episódios. É precisamente o que ocorre na cena final da peça. Camões se pergunta o que fará com o livro e em seguida transfere a pergunta para o espectador/leitor. Em seguida inicia-se uma leitura, alternando vozes masculinas e femininas que passam a ler o livro. Ante o questionamento, fica sugerida a resposta que se precipita por si só, como no poema de Pessoa:

À espada em tua mão achada  
Teu olhar desce.  
"Que farei eu com esta espada?"

Ergueste-a, e fez-se (PESSOA, 1972, p. 72)

Que fareis com este livro? Lemo-lo, e fez-se!

## **2 A publicação: interesses em jogo**

Com a implantação da censura inquisitorial, para chegar à publicação, um livro tinha de passar por diversas etapas. É o que registra Graça Rodrigues: "O primeiro controlo que se começou a fazer foi através da concessão de privilégios de impressão e venda que os livros em geral exibiam e que eram a única garantia legal da propriedade literária e editorial" (RODRIGUES, 1980, p. 19).

Em **Vida Ignorada de Camões**, José Hermano Saraiva tece considerações a respeito dos trâmites que levaram à autorização para que Camões pudesse publicar **Os Lusíadas**. O autor destaca o fato de na capa da primeira edição do livro não haver preço algum, o que, apesar de não ser algo raro, levanta a hipótese de que a obra não teria "realmente chegado a subir à mesa do Desembargo do Paço, que era presidida por Martim Gonçalves"(SARAIVA, 1982, p. 387). Dali certamente não passariam despercebidas as estâncias que atacam os jesuítas e os secretários de Estado.

Conquanto contivesse tais críticas, o poema de Camões foi submetido à leitura de um censor, Frei Bartolomeu Ferreira, que o liberou para impressão, afirmando não haver ali nada que ofendesse a fé. Saraiva afirma ser bem possível que o inquisidor-geral, o cardeal D. Henrique, tenha tomado conhecimento do poema de Camões e "como era inimigo dos Câmaras e mostrava-se preocupado com o rumo que as coisas tomavam" (p. 384) pode ter tido papel decisivo no parecer favorável da Inquisição a **Os Lusíadas**. Seu raciocínio é claro: se o livro atacava seus inimigos, poderia ser de seu interesse a sua publicação. Isto explicaria "a rara benevolência do Pe. Bartolomeu Ferreira" (p. 385). O autor destaca também o fato de que, quando em 1584 (depois das mortes de Camões e do do cardeal, e da consumação da União Ibérica) o mesmo frei foi designado a reexaminar o poema e

ali "aplicou o critério normal nestes casos e o resultado foram cortes impiedosos e adulterações boçais" (p. 385). Finaliza afirmando que se o padre não fez o mesmo em 1572, "é porque alguma autoridade superior à sua o impediu de fazer" (p. 385): o Cardeal D. Henrique, inquisidor-geral. O autor afirma por fim que "Camões serviu de instrumento seu [da Inquisição] na grande luta para a conquista do domínio político num reinado em que todos compreendiam que o rei era incapaz de governar por si" (p. 386).

Para algumas destas idéias convergem as de António José Saraiva. Assim se posiciona o autor sobre o assunto:

Justamente os ataques aos jesuítas ajudaram provavelmente o Poeta. O poder em Portugal não era monolítico. Os jesuítas tinham os seus inimigos, que conservavam meios de acção. A roda da própria rainha D. Catarina, viúva de D. João III, que tinha sido afastada do convívio com o neto, era um centro de oposição. Outra força antijesuítica eram os Dominicanos, que dominavam o Santo Ofício e eram amigos de D. Catarina. Tudo se passava atrás dos bastidores, numa guerra abafada. E eis que num poema os jesuítas eram eloquentemente atacados; alguém dizia em verso altissonante o que os adversários do poder reinante resmungavam à socapa. Então tudo se conjugou: o Poeta temerário, as influências da rainha, o poder dos Dominicanos. O poema foi entregue para censura ao dominicano Fr. Bartolomeu Ferreira, que não só não encontrou nada para censurar, mas ainda o defendeu contra possíveis críticos e fez o seu elogio: "O Autor mostra nele muito engenho e muita erudição nas ciências humanas" (SARAIVA, 1997, p.20).

De fato, na peça, o frei encontra o que censurar e realiza a censura. O que o frei não faz é qualquer referência aos ataques que o poema tem aos irmãos Câmara. É interessante da parte de José Saramago a criação do diálogo entre Camões e o censor, porque isso põe em destaque o fato de que o frei teria sim o que censurar, tanto é que o fez alguns anos depois. No primeiro diálogo, inclusive, Camões monta uma argumentação lógica e cínica que desmonta os contra-argumentos do frei. Trata-se de uma clara crítica irônica à estreiteza das idéias da Inquisição e de seus representantes.

Já no segundo e último diálogo, o texto aponta a possível participação do Cardeal na liberação do livro para impressão. Na peça, o caminho seguido até este ponto seria o que se inicia na relação de Camões e D. Francisca, passando pela rainha, D. Catarina, até chegar ao Cardeal. Apesar de D. Catarina demonstrar simpatia pela causa da união entre Portugal e Castela, e o livro ser um elemento de exaltação da nacionalidade portuguesa, naquele caso, por talvez representar uma afronta aos jesuítas, a rainha pode ter sido elemento facilitador da publicação do livro. Tudo isto são especulações sobre a história da publicação d' **Os Lusíadas**, trazidas habilmente por José Saramago para a ação da peça.

Com relação às modificações que o poema teria sofrido em virtude da ação inquisitorial, José Saramago trata-as de forma textual. No primeiro dos dois encontros que na peça ocorrem entre Camões e Frei Bartolomeu Ferreira isso é assim declarado:

**FREI BARTOLOMEU FERREIRA:**

O padre Bartolomeu Ferreira guarda para si esse juízo. Contentai-vos com saber o juízo do Santo Ofício agora, como haveis de contentar-vos se esse juízo for amanhã diferente. (*Outro tom.*) Por hoje, temos conversado. Ainda haveremos de examinar certos outros pontos, tenho algumas propostas de correcção a fazer-vos, é do vosso interesse que concordeis com elas. *Conviria, dou-vos só este exemplo, que dissésseis, logo veremos em que passo do poema, que os deuses servem apenas para inspirar versos, e nada mais. Assim ficaria ainda mais bem ressaltada a verdade da nossa santa fé.* (*Dá a mão a beijar.*) Quando for mister vos mandarei

chamar. Esperai aqui, virá um irmão para vos acompanhar (*Sai.*) (QFL, p. 66, grifos meus).

É exatamente o que Camões escreveu na estância oitenta e dois do canto X de sua épica. José Saramago faz, portanto, uma releitura dos poemas, procurando preencher lacunas por vezes paradoxais, com situações que poderiam ter ocorrido. É o que precisamente acontece na passagem acima, já que não há sentido colocar na fala da deusa Tétis as palavras que lá estão escritas.

A citação acima encontra-se no segundo quadro do segundo ato, imediatamente após o encontro de Camões e Diogo do Couto com Damião de Góis. Este quadro é, juntamente com o anterior, dos mais densos da peça. Nele vemos as principais argumentações de Camões em defesa de seu poema. O Camões que Saramago retrata demonstra, ali, não apenas erudição, mas também uma sagacidade, um ardil, capaz de, a princípio, senão convencer, desmontar uma primeira argumentação do censor.

Frei Bartolomeu declara inicialmente que o livro nada contém de ofensivo à fé:

FREI BARTOLOMEU FERREIRA:

/.../ hei-de vos dizer, posto que não tenha concluído ainda a segunda leitura, que não encontro nele coisa contrária à nossa santa fé. /.../ (p. 61)

Porém, duas ou três falas depois, o próprio Camões apela para essa afirmação, mas o frei parece recuar:

LUÍS DE CAMÕES:

Mas o meu livro em nada vai contra a nossa fé, foi Vossa Reverença quem o declarou...

FREI BARTOLOMEU FERREIRA:

Em primeira e segunda leitura, não encontrei. (p.62)

Dáí pode-se supor que uma terceira ou quarta leitura poderiam ser capazes de encontrar algo na obra que a impedisse de ser publicada. No decorrer do quadro, fica cada vez mais patente o fato, até que o frei acabe por deixar claro que menos importa sua opinião que a recomendação feita a ele sobre a obra:

FREI BARTOLOMEU FERREIRA:

(*Após silêncio.*) Quero dizer-vos, senhor Luís de Camões, que a vossa obra me foi entregue com muitas recomendações. Se delas tendes conhecimento, não precisais que as mencione. Se não sabeis quem vos recomendou, não será da minha boca que o ficareis a saber.

LUÍS DE CAMÕES:

Do sigilo que a Vossa Reverença impõe o seu ministério, não poderia eu contar com outra coisa.

FREI BARTOLOMEU FERREIRA:

Neste livro mostrais muito engenho e muita erudição, não há que negar. Porém, viésseis vós menos recomendado, e estou que não deixaria passar tão em claro não só aqueles pontos que há pouco defendestes com muito brilho, como também a insistência e a pertinácia com que lisonjeais os gostos sensuais. Porque, enfim, fica entre nós entendido que não me convencestes completamente.

Apesar de ter reconhecido "muito engenho", "muita erudição" e "muito brilho" em Camões, o frei age de acordo com a situação. Não se trata de *convencer completamente* ou não o frei, já que

suas atitudes estarão sempre de acordo com as determinações do Santo Ofício. De fato, será o mesmo frei Bartolomeu Ferreira quem irá mutilar o poema camoniano, em 1584, depois da morte do poeta e do cardeal D. Henrique. Os adjetivos atribuídos pelo frei a Camões, são, aliás, irônicos, pois aludem à incapacidade crítica do frei ou, no mínimo, à sua obediência cega às regras. Questionado por Camões a respeito de sua opinião pessoal sobre o poema, o frei se recusa a responder:

LUÍS DE CAMÕES:

Devo compreender que estais forçando a vossa consciência?

FREI BARTOLOMEU FERREIRA:

Não é assim que o deveis compreender. A minha consciência não é parte neste pleito. Se um dia vos faltarem as protecções que trazeis, ou razões mais fortes prevalecerem contra elas, e se nesse dia eu tiver de ser outra vez o revedor do vosso livro, ficais sabendo que não me achareis tão complacente.

LUÍS DE CAMÕES:

Podereis, então, censurar o meu livro segundo o vosso pensar.

FREI BARTOLOMEU FERREIRA:

Continuais a não me compreender. De cada vez censurarei o vosso livro de acordo com o pensar da Santa e Geral Inquisição.

LUÍS DE CAMÕES:

Assim, não se chegará a saber nunca o que vós pensais do meu livro. Digo vós, não o Santo Ofício.

FREI BARTOLOMEU FERREIRA:

E que importância tem o que eu pense do vosso livro, senhor Luís de Camões?

LUÍS DE CAMÕES:

É justo e necessário que ao poeta se diga que juízos merece a sua obra.

FREI BARTOLOMEU FERREIRA:

O padre Bartolomeu Ferreira guarda para si esse juízo. Contentai-vos com saber o juízo do Santo Ofício agora, como haveis de contentar-vos se esse juízo for amanhã diferente /.../(p. 65)<sup>1</sup>

Assim, vai cada vez mais ficando claro na peça que a censura era algo impessoal, uma vez que se tratava da visão do Santo Ofício sobre uma obra. Bartolomeu Ferreira deixa claro para Camões que a censura do seu poema era função não apenas daquilo que estava escrito, mas de uma série de outros fatores, principalmente no tocante às recomendações recebidas a favor do livro. Não há princípios para a censura que não sejam regidos por um jogo constante de interesses, que ora podem estar contra, ora a favor do escritor. Portanto, pode ser tudo, exceto o talento do autor, quem decidirá os rumos da obra.

Camões consegue enfim o parecer favorável, mas na peça demonstra indignação ante a interferência da Inquisição na sua obra:

FREI BARTOLOMEU FERREIRA:

Entraí, senhor Luís de Camões. Cheguei, enfim, ao termo do meu trabalho, e vós ao cabo da vossa impaciência. Tenho já pronto o parecer, de que logo vos mandarei passar traslado, para que possais requerer licença de imprimissão.

LUÍS DE CAMÕES:



Dá-se então Vossa Reverença por satisfeita com as alterações que fiz? Não haverá mais que suprimir e acrescentar? Não terei mais que torcer o sentido para o sujeitar ao vosso desejo sem sacrificar insuportavelmente a minha intenção?

FREI BARTOLOMEU FERREIRA:

Agradecei a Deus e às circunstâncias não terdes que praticar maior violência sobre a vossa obra. Estais lembrado da nossa primeira conversação...

LUÍS DE CAMÕES:

Estou.

FREI BARTOLOMEU FERREIRA:

Não sejais pois desagradecido. Lembrai-vos de que poderíeis ter bem maiores motivos para vos declarardes queixoso.

LUÍS DE CAMÕES:

Se bem vos entendo, devo agradecer o mal que me fazem, à conta de não mo terem feito maior. (p.73)

A lógica da última fala é notável, e reflete bem o cinismo de uma época em que, como a atual, pune-se sem motivo ou explicação, cabendo à vítima ainda agradecer por não ter sofrido pena mais pesada.

## **Conclusão**

“Verdade, invenção, tempo, viagem, conhecimento, alteridade - são componentes fundamentais do seu jeito ficcional”. Assim refere-se Maria Alzira Seixo à criação dramática de José Saramago, e acrescenta:

**Que farei com este livro?** /.../ poderá consistir numa homenagem a Camões, já que é toda a problemática da publicação de *Os Lusíadas* que aqui se dramatiza: o desinteresse do rei e da corte, a miserável situação material do poeta e de sua mãe, as relações com a Inquisição, o negócio do impressor. No entanto, a força extraordinária que esta peça adquire, no seu respeito pela situação histórica (política, social e linguística), é a de justamente ultrapassá-la para constituir um libelo contra a situação desprotegida do escritor, que é de todos os tempos, mas porventura mais nossa, mais atentos que deveríamos ter-nos tornado às relações de produção no meio cultural /.../ (Seixo, 1999, p. 32)

Horácio Costa aponta a relação entre a velhice miserável de Camões e o desmantelamento da sociedade portuguesa às vésperas de Alcácer-Quibir. Além disso, considera esta, a recepção da obra de arte em tempos de censura, a questão central da peça:

Ainda, este paralelo deixa antever o tema central de **Que farei com este livro?**: o da recepção da mensagem poética numa sociedade vilipendiada nos seus valores mais íntimos ou, mesmo, de modo mais abstracto, o da convivência do poeta com as circunstâncias históricas que condicionam esta recepção e medeiam-no no seu contacto com o corpo social circundante (COSTA, 1997, p. 133).

A peça de José Saramago coloca em pauta a idéia de que o poeta se deparou com a necessidade de escrever, mas sob a tutela de um censor. Vimos que é justamente a habilidade de

escritor que lhe permitiu atar os remendos, isto é, enxertar os fragmentos que lhe exigem para conseguir seus objetivos. Isso decerto levanta a importante e atual questão da escrita em tempos de censura. É delicada a tarefa de escrever aquilo que pode ser publicado, sem deixar de escrever o que é necessário. A alegoria é sem dúvida uma alternativa, já que é através do símbolo alegórico que se consegue dizer para além do que é literal.

## **Referências Bibliográficas**

- [1] CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.
- [2] \_\_\_\_\_. *Os Lusíadas*. Porto: Figueirinhas / Rio de Janeiro: Padrão, 1978.
- [3] COSTA, Horácio. "O fascínio da história: 'Que farei com este livro?', In: *José Saramago, o período formativo*. Lisboa: Caminho, 1997.
- [4] GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2 ed., 1999.
- [5] PESSOA, Fernando. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1972.
- [6] RODRIGUES, Graça Almeida Rodrigues. *Breve História da Censura em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, vol. 54, 1 ed., 1980.
- [7] SARAIVA, António José. *Luís de Camões*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- [8] SARAIVA, José Hermano. *Vida ignorada de Luís de Camões*. Mira-Cintra: Europa-América, 1982.
- [9] SARAMAGO, José. *Que farei com este livro?* São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- [10] SEIXO, Maria Alzira. "O essencial sobre José Saramago." In: *Lugares da Ficção em José Saramago*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

---

<sup>1</sup> A julgar pelo que foi apontado há pouco, a pessoa a quem se refere o frei, sem revelar o nome, é o inquisidor-geral, o Cardeal D. Henrique. Fica claro também que o censor é apenas um instrumento da Inquisição, não lhe cabendo nada mais que fazer cumprir as ordens do Santo Ofício.